Por Antonio Penteado Mendonça



Recentemente, abordei o tema emergência climática e o despreparo do Brasil para tratar do assunto, tanto na prevenção, como na mitigação e transferência das perdas. Nós não temos uma política minimamente desenvolvida para enfrentar o quadro e, principalmente, para fazer frente aos prejuízos potenciais. E o que é mais grave, as agendas dos candidatos a presidente da república não abordam o assunto, apesar da sua seriedade e da possibilidade de danos catastróficos.

O que vai acontecendo até agora, com enchentes no Rio Grande do Sul, no sul do Estado de São Paulo e áreas da Capital não deixam dúvidas. O Super El Niño está aí, já chegou e apresenta a conta. Ela ainda está baixa, mas deve crescer muito ao longo dos próximos meses, especialmente depois do início do verão. O que já aconteceu é um pequeno aperitivo para preparar o país para o prato principal, que ainda está sendo cozinhado para entrar em cena na hora certa, com todo seu potencial de destruição.

É um quadro dramático, que gera impactos de todas as ordens nas relações públicas e privadas, afetando o funcionamento harmonioso da nação e cobrando um alto preço pelo nosso descaso. Vidas serão perdidas, famílias desintegradas, patrimônios atingidos e a capacidade de recuperação afetada pela violência dos eventos.

Não há como enfrentar os grandes desastres de frente. Eles ganharão sempre, mas deixamos de adotar uma série de ações que já poderiam ter sido implementadas para minimizar os danos e pagaremos o preço por isso.

Se de um lado não se pode prever e muito menos combater os tornados, de outro é possível impedir a ocupação de áreas de risco, principalmente para evitar parte dos danos causados pelas enchentes e deslizamentos de terra decorrentes das chuvas torrenciais que se abatem sobre nós. Ninguém falou dos bairros cota pendurados nas encostas da Serra do Mar, ninguém agiu para impedir a ocupação da base da serra, ninguém se preocupou em realocar moradores de áreas de risco ao longo das encostas da maioria dos morros no litoral paulista.

As chances estão contra os moradores. Tem tudo para acabar mal. Evidentemente os eventos não atingirão todas as áreas de atenção, mas a parte atingida sofrerá direta e indiretamente, porque os moradores não estão protegidos e não há política de transferência dos prejuízos para o mercado segurador.

Mas, tão ou mais grave, existe outro risco que não está sendo considerado. A população da Grande São Paulo pode ficar sem água potável num futuro mais breve do que o imaginado. Os índices de poluição da represa de Guarapiranga são alarmantes. Centenas de milhares de pessoas dependem dela, mas a poluição segue solta, com os testes da água apontando a existência de cocaína a pílula

anticoncepcional, de antibióticos a coliformes fecais em níveis muito mais altos do que seriam toleráveis.

E a solução, neste momento, está longe. Não há como pensar em usar a água da represa Billings para completar o fornecimento da Guarapiranga. A Billings está mais poluída ainda. As ameaças a população são sérias, mas estão sendo escondidas ou desprezadas, além do que, nem todas são seguráveis.

**Fonte**: O Estado de São Paulo, em 28.09.2026.